

O bispo diante de ‘cristãos vaidosos’, ‘monges vagabundos’ e ‘reis maus’. Uma história social do pensamento político-eclesiológico na Gália do sexto século a partir dos casos de Arles e Tours

LETÍCIA SOUSA CAMPOS DA SILVA*

1. Introdução

Pode-se afirmar, sem hesitação alguma, que a Igreja foi a instituição mais importante no Ocidente ao longo da Idade Média. Se Georges Duby habilmente já demonstrou que o modelo social das três ordens (*oratores, bellatores e laboratores*), difundido inicialmente a partir da França e da Inglaterra no século XII, não corresponde a uma descrição da realidade social, mas a uma construção ideológica do imaginário do feudalismo (DUBY, 1994:*passim*), deve-se acrescentar a esta análise a observação de que este esquema trifuncional remete a uma visão controlada pelo clero visto que nele este grupo social ocupa uma posição de destaque, coincidindo com a primeira ordem. A percepção deste traço da organização da sociedade medieval dá ensejo para alguns que, supervalorizando e considerando nociva esta ação incisiva da Igreja, passam a classificar o intervalo entre os séculos V e XV como uma verdadeira “Idade das Trevas”.

Contudo, admitir sua expressiva influência não significa afirmar a dominação absoluta dos clérigos na cena medieval. De acordo com Jérôme Baschet, por exemplo, para quem a Igreja representa o motor do feudalismo e a coluna vertebral da sociedade do Medievo, a instituição eclesial passou por uma dinâmica milenar de afirmação desde a Antiguidade tardia até os Tempos Modernos. Nesta perspectiva, em meio a este processo de imposição de poder, verifica-se que “a dominação não acontece sem resistências e limites, e essa mesma confrontação permite que a dominação se reforce” (BASCHET, 2006:245).

O trabalho aqui apresentado, objetivando uma apresentação das conclusões parciais da pesquisa de mestrado ainda em curso, insere-se justamente no reconhecimento da historicidade da dominação da Igreja com o foco, mais especificamente, na ação da fração dominante do clero: o episcopado. Localizado na dimensão da História Comparada em

* Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense.

conexão com a História Social das Ideias Políticas, o projeto em questão consiste em uma análise das posições político-ecclesiológicas do episcopado na Gália merovíngia no que tange às relações deste grupo com os reis, as famílias aristocráticas e os outros setores do clero, os quais parecem se configurar como os principais desafios à autoridade do bispo no sexto século. Para tal empreitada, têm-se como referência os casos das *civitates* de Arles e Tours e ainda de grandes expoentes – no que diz respeito à questão documental – de cada uma delas, a saber: Cesário de Arles (c. 470 – 542) e de Gregório de Tours (c. 539 – 594).

2. Os principais problemas: a questão da autoridade episcopal e da coesão da igreja no sexto século

Logo após a desestruturação da *pars occidentalis* do Império Romano, tornou-se evidente uma vacância de poder. Em meio à crise de autoridade que teve lugar no Ocidente, progressivamente, os bispos, que já haviam se tornado a liderança cristã em substituição ao conjunto de apóstolos, despontaram como as autoridades em diversas cidades. Se porventura se recua um pouco mais no tempo, nota-se o quanto a ação de Constantino (272 – 337) de se converter ao cristianismo foi indispensável para a ascensão do episcopado. Dentre uma série de medidas que o imperador tomou para favorecer sua nova religião face ao paganismo, “a jurisdição episcopal foi reconhecida pelo Estado Romano e passou a conviver com os tribunais civis. Deste modo, a Igreja podia, por exemplo, receber heranças e conceder manumissão aos escravos” (LEMOS, 2006:3). Os bispos, representando a posição máxima da hierarquia católica, foram paulatinamente ocupando-se de tais funções.

A chegada de diversos germanos ao território romano intensificou bastante este processo, uma vez que as lideranças episcopais, especialmente nas regiões que sofreram maiores distúrbios com esta movimentação germânica, tornaram-se os “pais” e as “muralhas” de suas cidades, tendo a oportunidade de atuar como as autoridades civis, “com a vantagem do prestígio religioso” (LEMOS, 2006:5). Sendo assim, além das atividades que um estudioso de nossa época facilmente encararia como pertencente ao âmbito religioso, tais como a gestão dos bens eclesiásticos, a ministração dos sacramentos, a preparação dos catecúmenos para o batismo e as definições das penitências, os bispos também foram se responsabilizando pelas negociações com os chefes germânicos da sobrevivência de homens e mulheres, pela

assistência aos prisioneiros e pela manutenção dos edifícios culturais, dos cemitérios, dos orfanatos. Na prática, pode-se considerar que, à sua maneira, “cada um incarnava a lei e a ordem na sua região” (BROWN, 1999:121).

Em virtude de toda esta reorganização política, muito da tradição do serviço público dissipou-se. É por esta razão que certa parcela da historiografia atual sobre o assunto observa que, principalmente na Gália, a ascensão destas lideranças cristãs foi acompanhada de outro processo. Segundo Peter Brown, no momento em que houve grande incorporação de contingentes germânicos no interior do limes no século III, alguns dos dirigentes destes germanos conseguiram alcançar altas posições romanas levando à exclusão dos tradicionais senadores dos comandos militares. Quando este novo grupo, que ele denomina de “aristocracia de serviço”, retirou a aristocracia senatorial do governo do Império, alguns membros deste segmento social moveram-se, a fim de encontrar posições comparáveis àquelas que outrora possuíam, para as duas esferas que substituíram os deveres públicos: as cortes bárbaras e a Igreja. No tempo em que se obteve a compreensão de que o governo imperial já não mais poderia voltar a se afirmar, a aristocracia agrária gaulesa, procurando-se adaptar ao novo contexto, assumiu a liderança da Igreja naquela região. Deste modo, a maioria dos bispos não experimentava os vários escalões de hierarquia do clero, mas saía diretamente de suas posições seculares para suas sés, como se a dignidade episcopal fosse um *cursus honorum* (GEARY, 1988:127). Tal processo é encarado por Peter Brown como uma aristocratização da Igreja.

De todas as experiências de liderança que caracterizaram este século tão fluido, a ‘aristocratização’ da Igreja na Gália foi talvez o mais duradouro. Pôs as cidades nas mãos de homens que exerciam o poder à maneira romana. Comparados com as persistentes dinastias episcopais de Romani, que continuaram a ver as principais sés do Sul da Gália e da Hispânia como um sólido apanágio durante os dois séculos que se seguiram, os reinos bárbaros constituíam um fenômeno imperceptível; mas o verdadeiro mapa da Gália e da Hispânia pós-imperiais passou de qualquer modo a ser formado por uma rede de cidades episcopais. (BROWN, 1999:81)

Todavia, se por um lado esta explicação provável sobre a configuração do episcopado é bastante relevante e simboliza um importante passo no sentido de interpretações o mais próximo possível das realidades históricas estudadas; por outro, tem-se a impressão de que

muitos historiadores deste momento histórico parecem valorizar excessivamente este aspecto do controle aristocrático sobre a Igreja e, por conseguinte, minimizar em suas análises os conflitos enfrentados pelo episcopado. De acordo com Ferdinand Lot, cuja obra pode ser considerada uma das bases para uma interpretação exemplar neste sentido,

a Igreja, no século VI, é acima de tudo o episcopado. Na sua diocese (parrochia), o bispo é uma espécie de soberano. Domina totalmente os seus paroquianos. (...) Entre si e o pastor reina uma estreita solidariedade: a parrochia é uma grande família. (...) A vida da capital da civitas está nas mãos do bispo; a sua existência, tanto material como espiritual, está nas suas mãos. (...) O Merovíngio não lhe faz qualquer sombra, bem pelo contrário. O bispo é mesmo convidado a dar assistência ao conde no exercício de suas funções, ou seja, a vigiá-lo. (LOT, 1950 [1927]:337 – 338)

Embora não assumidos claramente neste pequeno fragmento, os pressupostos dos quais o célebre historiador parte ficam evidentes quando se procede a uma leitura completa de sua obra: a ideia de que as ações dos membros da Igreja e, sobretudo do episcopado, representariam a permanência da autoridade pública romana em contraposição à lógica patrimonial e particularista instaurada pelos bárbaros invasores que entendiam seus reinos como propriedades privadas (LOT, 1950 [1927]:*passim*). É por esta razão que, corroborando este argumento, no trecho em questão, o bispo é descrito como alguém de quem emana a ordem em meio a tanto caos.

Entretanto, quando se efetua uma leitura mais crítica e problematizadora das fontes, observam-se as falhas deste ponto de vista. Gregório de Tours, por exemplo, era integrante de uma família bastante importante da Gália. Seu pai, filho e neto de senadores, era senador de Clermont. Sua mãe era neta de um senador e sobrinha de um duque. Além disso, tamanha era a relação de sua família com a instituição católica que ele não somente era sobrinho-neto de dois bispos pelo lado materno e sobrinho de outro pelo lado paterno, como também treze dos dezoito bispos de Tours que o precederam eram parentes seus. Diante de tal panorama, não causa grande admiração observar que a geração de Gregório continuou estas tradições familiares.

Com apenas 34 anos de idade, ele foi elevado ao episcopado, posição que ocupou até a sua morte, cerca de 20 anos depois. É muito provável que o mesmo pudesse ter ocorrido com

seu irmão Pedro se ele não tivesse sido assassinado quando ainda era um diácono em Langres. Já sua sobrinha Justina tornou-se priora no convento de Poitiers. Entretanto, logo no início do bispado, Gregório enfrentou alguns problemas com o conde Leudaste e com dois clérigos associados a ele coincidentemente conhecidos sob o mesmo nome de Riculfo, o que demonstra que estas pessoas opuseram-se à sua consagração. Enquanto o primeiro, um subdiácono, foi responsável por acusar Gregório de difamações diversas, o segundo, um padre, além de também insultar o bispo, cuspiu nele e tentou agarrá-lo. Assim, não obstante a tendência em considerá-lo como alguém que nasceu para o episcopado devido à sua linhagem, além das circunstâncias que levaram à morte de seu irmão, estes problemas que o próprio Gregório teve dizem muito a respeito das disputas em torno do controle sobre a religião como também da fluidez das estruturas religiosas deste período.

O controle de Cesário de Arles sobre sua diocese também não sucedeu sem desavenças. Aparentemente, ele possuía condições favoráveis: ele fazia parte de uma rica família galo-romana de uma região próxima; detinha aliados aristocratas em Arles; tinha sido indicado para a sucessão episcopal diante do rei por Aeônio, bispo antecessor, o qual contava entre seus parentes. Porém, apesar do longo bispado (502 – 542), sua primeira década de governo sobre Arles foi bastante problemática. Sua indicação prévia por Aeônio provocou o ressentimento de alguns eclesiásticos que estavam na expectativa de sucessão episcopal. Além disso, Cesário despertou suspeita junto aos soberanos visigodos, seja por sua cidade de origem estar sob o domínio burgúndio ou por suas filiações aristocráticas. Deste modo, sua *Vita* relata que Liciniano, um de seus tabeliões, acusou-o de traição ao rei visigodo em prol dos burgúndios, o que desencadeou seu exílio provisório na cidade de Bourdeaux. Em outra ocasião, a ação em prol dos francos de outro de seus clérigos, que era um de seus familiares, levou-o ao aprisionamento pelos godos, ato que parece ter sido aprovado pelos judeus da região. Com a tomada dos francos da dinastia merovíngia dos territórios visigodos na Aquitânia na primeira década do século VI estes embates motivados por acusações de traição diminuiriam consideravelmente, mas certamente outras circunstâncias devem ter motivado tensões dentro das dioceses.

Este exame sucinto das trajetórias destes dois bispos evidencia que a observância de associações entre o grupo episcopal e a classe aristocrática não pode significar a negação dos

embates relativos à tentativa do bispo se impor como uma liderança na sociedade. Sobre tão importante matéria, Baschet adverte que

[a Igreja] se reproduz com sucesso como instituição, mas sem que as posições em seu interior sejam transmitidas de maneira principalmente genealógica, como é habitual para uma classe social. É verdade que se pode considerar o alto clero como a fração superior do grupo dominante, embora ele não forme, enquanto clero, uma classe propriamente dita. Aliás, as relações entre o clero e a aristocracia são ambivalentes. Estes dois grupos são ainda mais próximos pelo fato de que os filhos da aristocracia monopolizam o essencial dos cargos do alto clero, mesmo se não existe nenhuma exclusividade nesta questão. Entretanto, a integração à Igreja rompe – na teoria e, em boa parte, na prática – os laços que unem o clérigo à sua parentela. [...] Clero e aristocracia são, assim, cúmplices na obra da dominação, aliados perante os dominados, mas também são concorrentes, como indica uma infinidade de conflitos, notadamente pelo controle das terras e dos direitos que estruturam a organização dos senhorios, tanto laicos como eclesiásticos. (BASCHET, 2006:169)

As afirmações de Jérôme Baschet são altamente instrutivas ao trazer à tona uma questão sobre a qual poucos discutem previamente quando procuram fazer análises da Igreja no Medievo: a problematização de uma classificação social específica para o clero. Ao invés de tratar os homens da Igreja como representantes de uma classe social propriamente dita, Baschet os encara como um grupo *quase sempre* associado à determinada classe social, ponto de vista que, por sua vez, difunde um olhar mais crítico em relação à automaticidade das alianças entre o clero – e, sobretudo, o episcopado por representar sua camada dominante – e a aristocracia.

Mas as tensões, como se verificou nos comentários acima sobre os fatos de vida dos dois bispos, não se resumem aos desentendimentos entre o episcopado e a aristocracia. Em diversos momentos, as prioridades dos governantes dos reinos romano-germânicos e as do episcopado também poderiam se tornar conflitantes. Em suas obras, Gary Johnson e Marcelo Candido da Silva percebem os conflitos entre os bispos e os reis merovíngios no que tange ao controle da religião. Enquanto aquele entende o século sexto como um período em que, apesar das determinações dos concílios, os reis dominavam a Igreja na Gália (JOHNSON, 1995:7), este último percebe a sucessão de uma época de maior controle merovíngio para um momento

em que os bispos viram um pouco o jogo. Para Candido da Silva, as partilhas decorrentes das primeiras sucessões reais foram especialmente favoráveis aos poderes reais, sem que necessariamente levassem em conta os interesses da Igreja, afinal muitas dioceses foram separadas de suas províncias com a movimentação dos reis e isso levou a alguns conflitos dentro da hierarquia católica. No entanto, algumas mutações na cultura política e nas relações de poder a partir do final do sexto século paulatinamente levaram os bispos a interferir com o consentimento real cada vez mais na vida política do *Regnum Francorum* (CANDIDO DA SILVA, 2008:40, 89 – 101, 151).

Além disso, as informações retiradas das histórias de Gregório e de Cesário indicam ainda outra direção para a qual se deve olhar no que tange aos conflitos do episcopado. De modo algum se pode perder de vista a heterogeneidade dentro da própria Igreja. Jérôme Baschet menciona haver importantes dualidades institucionais na organização, a saber: a oposição hierárquica entre o alto (abades, bispos, arcebispos, cardeais e papas) e o baixo clero (monges e sacerdotes) e a oposição de concepção de mundo entre o clero secular com sua função de cuidar das almas e o clero regular, fração consagrada ao serviço de Deus pela prece, pelo estudo e, por vezes, pela atividade manual (BASCHET, 2006:169 – 170). Para Ian Wood, na época merovíngia são notórias as dissidências entre os bispos e os monges. Isso porque, além de regular as vidas dos crentes, os bispos tentaram monopolizar os locais de culto, uma vez que alguns deles podiam se apresentar como focos de poder religioso fora de seu controle.

Great monasteries could achieve very considerable spiritual authority. To some extent, the Merovingian Church in the sixth century tried to obviate the problem presented by the religious influence of monastic communities with a stream of ecclesiastical legislation placing abbots under the supervision of the bishop. This was to be start of a long debate which would be continued in the seventh century with the growth of concessions of immunity from Episcopal intervention to particular monastic foundation. (WOOD, 1994:79)

Em meio à verificação de desentendimentos entre bispos, famílias aristocráticas, reis e outros clérigos, infere-se a constância do conflito dentro das dioceses entre o episcopado e diversos grupos e classes da sociedade. E isso não deveria causar admiração, afinal, utilizando

as palavras de Neal Wood, “to speak of a society is always to refer to conflict. Where exists society so does conflict” (WOOD, 1978:346). A questão é que quando se pensa a organização do mundo social segundo a lógica da diferenciação, percebendo, deste modo, a luta constante entre os diferentes grupos pela dominação, isto é, pela imposição e legitimação das suas categorias de conhecimento do mundo, é necessário relativizar qualquer tentativa de análise dos poderes instituídos de acordo com uma lógica estática. Desta maneira, a amplitude dos embates citados acarreta a revisão da consideração convencional do episcopado católico como um grupo que domina de maneira soberana.

Em vista de tal fato, sustenta-se a percepção de que o estabelecimento do poder do episcopado deve ter sido uma ação contínua dos membros deste grupo social. Diante dos problemas enfrentados frequentemente, os bispos precisavam constantemente renovar sua posição de autoridade na sociedade, através de múltiplas estratégias. Assim, presume-se que, ocupando a função de bispos metropolitanos, Cesário e Gregório devem ter utilizado de seus púlpitos para favorecerem a si mesmos, principalmente nos momentos mais embaraçosos. Quanto a Cesário de Arles, conta-se atualmente com uma boa quantidade de prédicas de sua autoria no formato escrito, porém, não há sequer indícios de possíveis hábitos de transcrição das de Gregório de Tours. Contudo, acredita-se que os sermões são apenas um tipo de fonte produzida pelos bispos na qual se pode vislumbrar sua tomada de posição diante das divergências de seu tempo.

A produção episcopal como um todo parece um elemento privilegiado para se observar sua proposta de afirmação de autoridade. Há uma grande variação no gênero de documentos considerados nesta pesquisa: há atas de concílios, hagiografias, cartas, uma crônica, um sermão e um testamento. O que todos eles têm em comum é o fato de serem instrumentos de comunicação utilizados pelos líderes religiosos por meio dos quais, ao discorrerem sobre a Igreja e o comportamento devido a um cristão, eles também manifestam perspectivas sobre o mundo social, visto que está implicitamente presente neles uma defesa da posição desses próprios líderes. Deste modo, ao exporem suas perspectivas eclesiológicas, eles também exibem seus pontos de vista quanto às relações de poder. Tal entendimento é compartilhado por Aline Courot. Para a historiadora,

como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e ao fim último do homem. (...) [As Igrejas cristãs] proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. (COUTROT, 2003 [1988]:331)

Ao classificá-la de corpo social, contrariando a postura habitual dos líderes e fiéis de se apresentarem como membros integrantes de um organismo tão somente espiritual, Aline Coutrot expande o entendimento sobre a esfera de atuação da Igreja cristã. Ao falarem da Igreja e do comportamento cristão, os bispos também falavam do mundo social, visto que estava implicitamente presente em suas falas uma defesa da posição desses próprios líderes. Não se pode separar as ideias acerca do espiritual das ideias sobre o mundo terreno.

Para alguns autores, no entanto, mesmo defronte a problemas comuns, os bispos não reagem da mesma forma porque não se pode mencionar uma orientação conjugada entre as igrejas no sexto século. Patrick Geary esclarece que a paisagem religiosa merovíngia

was composed of a great number of churches, each headed by a bishop and serving as the cultic and political center of the local elite. In the course of the sixth century the Frankish monarchs brought some sense of unity to the episcopate, but ultimately it remained as factious as the Gallo-Roman society which controlled and populated it. (GEARY, 1988:123)

Outro autor que corrobora esta avaliação é J. M. Wallace-Hadrill. Em livro cujo tema é justamente a Igreja na Gália durante o domínio dos francos, ele acrescenta detalhes importantes a esta explicação.

The Merovingian Church was a luxuriant overgrowth. Beneath it, and not fair beneath it, lay the rich soil of Gallo-Roman religious experience.

(...) The reality, however, is Gallo-Roman churches; Christian communities, social nuclei embedded in the cities, aware of their separate histories and their separate identities. When they spoke, they betrayed a tendency to diffraction; and this long before the Germanic invasions. Some had ancient beginnings in the days of persecution – Lyon, for example, with St Irenaeus – while others, younger, owed more to a good start under imperial encouragement, like Arles and Trier. Some

were very rich, other pathetically poor. In occasional councils they could be induced to speak regionally on a limited number of subjects of common interest. That they influenced each other is certain; but no more than they were influenced, as chance afforded, by Rome or Milan or by churches much further afield in Egypt, Syria, or Constantinople. (WALLACE-HADRILL, 1983:1)

Já Elisabeth Magnou-Northier contribui significativamente para o aprofundamento destas conclusões ao perceber tendências de pensamento entre o clero e procurar classificá-las. De acordo com a autora, falar de uma Igreja franca “comme s’il s’agissait d’un corps monolithique et unanime, n’ayant pour ainsi dire qu’un cœur et qu’une volonté, relève du mythe. Pas plus hier qu’aujourd’hui une telle Eglise n’a existé dans la société des hommes” (MAGNOU-NORTHER, 1994 :156). A autora então constata que o clero da Gália no sexto século estava atravessado por correntes diversas e até mesmo contrárias em relação à autoridade devida aos reis, à autonomia dos mosteiros e à gestão dos bens eclesiásticos. Ela chega a indicar três delas, as quais poderiam ser classificadas como agremiações geográficas, a saber: um polo na Provença, Burgúndia e Aquitânia, outro em Tours e Paris e uma terceira vertente nas cortes merovíngias.

A partir desta ideia de uma igreja franca fragmentada, alguns autores trabalham com uma grande distinção entre as realidades específicas vivenciadas por Cesário de Arles e Gregório de Tours. Conforme a exposição de William Klingshirn existem duas Gálias contrapostas: a de Cesário, mais romanizada e mais marcada pela espiritualidade monástica enfrentando dificuldades com a liderança política dos godos arianos e, outra, a de Gregório, mais próxima dos francos católicos e altamente marcada pelo culto aos santos. (KLINGSHIRN, 1994:xvi) Haveria então uma maneira compartilhada de reagir aos desafios enfrentados pelo episcopado ou, como sugerem os medievalistas citados, o que predominava era a pluralidade de propostas? O fato da diocese de Arles estar mais próxima do Mediterrâneo que a de Tours influía em sua postura estratégica de afirmação de autoridade? Esta foi uma das questões basilares desta pesquisa.

Tendo identificado algumas forças de resistência à liderança episcopal na sociedade e, por conseguinte, as tentativas de afirmação de sua autoridade por parte deste grupo social específico, este projeto de dissertação procurava compreender se haveria então uma maneira compartilhada de reagir aos desafios enfrentados pelo episcopado ou se, na prática, o que

predominava era a pluralidade de propostas. Isto é, até que ponto a trajetória social de um bispo influiria em seu projeto político-eclesiológico? O fato da diocese de Arles estar mais próxima do Mediterrâneo que a de Tours influía em sua postura estratégica de afirmação de autoridade?

3. Conclusões Parciais

Até o momento, deve-se admitir que algumas fontes ainda não foram apreciadas em sua profundidade. Já houve a leitura e o fichamento do material escrito por Cesário de Arles (o sermão aos fieis e aos bispos, as cartas pessoais e o testamento), das atas selecionadas dos concílios da Igreja e de duas hagiografias: a *Vita Cesarii*, escrita por alguns bispos próximos a Cesário, e a *Vita Patrum*, escrito por Gregório de Tours. Falta, contudo, a finalização da leitura da obra mais extensa considerada para os fins desta pesquisa: os *Decem Libri Historiarum* escritos por Gregório de Tours.

Ainda assim, corre-se o risco de apresentar alguns comentários breves. Parece haver de fato uma reação diferenciada aos desafios do episcopado entre as dioceses consideradas. Aparentemente, o projeto de Arles versa sobre uma tentativa de distinção de domínios entre o episcopado e a liderança do poder temporal. A principal evidência para o alcance desta conclusão é a quase ausência de considerações explícitas por parte dos bispos na documentação acerca do enquadramento dessas lideranças. É provável, contudo, que seja algo mais característico de Cesário a postura que procura amenizar as diferenças dentro do seio da própria Igreja. Já o de Tours parece representar um discurso de maior colaboração entre as duas esferas de poder, desde que aos bispos seja assegurado um lugar de destaque tanto dentro como fora da Igreja.

Por meio das atas conciliares as quais se têm acesso, sabe-se que durante seu tempo de vida, Cesário de Arles participou pelo menos de um concílio 'geral' do reino visigodo (Agde, 506), de um concílio regional das dioceses de Lyon e Vienne (Lyon, 518 – 523) e incitou diversos concílios para sua própria diocese (Arles, 524; Carpentras, 527; Orange II, 529; Vaison, 529; Marselha, 533). Em nenhum dos cânones considerados há tentativas episcopais de sujeitar o clero regular a sua autoridade. Isso pode indicar certa influência de Cesário nas decisões da categoria, uma vez que esta orientação do bispo fica evidente no testamento que

legou a posteridade. Neste documento, ao invés de garantir a seus familiares o recebimento de herdades, algo recorrente em testamentos, objetiva-se confirmar os bens e as vantagens do mosteiro feminino de São João, criado e, de certa forma, orientado por ele. Uma das vantagens que o bispo deseja manter para as freiras é o direito de escolherem o administrador, o padre da igreja e a abadessa. Além disso, para assegurar o benefício às freiras, o bispo deve ter procurado o apoio papal visto que há uma carta do Papa Hormidas endereçada a Cesário, garantindo as ações previstas no testamento.

Entretanto, em dois cânones do Concílio de Arles de 554, ocorrido cerca de doze anos após o falecimento do bispo, mostram as novas opiniões dos líderes da diocese. De acordo com o segundo cânone, os bispos deveriam disciplinar os internos do mosteiro. Já a previsão estipulada no quinto é a prerrogativa episcopal de controlar os conventos. Tamanha alteração das normas é questionável: trata-se apenas de uma reorientação da liderança da diocese ou de um novo contexto político mais amplo na Gália?

BIBLIOGRAFIA

a) Fontes Primárias:

CAESARIUS OF ARLES: *Life, Testament, Letters*. Translated by William Klingshirn. Liverpool: Liverpool University Press, 1994.

CÉSAIRE D'ARLES. *Sermons au peuple*. Tome I (Sermons 1-20). Introduction, traduction et notes par Marie-Jose Delage. *Sources Chrétiennes*, v. 175. Paris: Du Cerf, 1971.

GREGORY OF TOURS. *Life of the Fathers*. Translated by Edward James. Liverpool: Liverpool University Press, 1996.

_____. *The History of the Franks*. Translated by Lewis Thorpe. London: Penguin Books, 1974.

LES CANONS des conciles mérovingiens (VI-VII siècles). Texto latino de C. De Clercq e tradução de Jean Gaudemet e Brigitte Basdevant. Paris: Du Cerf, 1989. 2.v. (Coleção "Sources Chrétiennes", n 353-354).

b) Referências Gerais:

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

- BASCHET, J. *A Civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.
- BROWN, Peter. *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. *A realeza cristã na Alta Idade Média*. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V – VIII). São Paulo: Alameda, 2008a.
- COUTROT, A. Religião e Política. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ – FGV, 1996. p. 331 – 63.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- GEARY, Patrick. *Before France and Germany: the creation and transformation of the Merovingian world*. New York: Oxford University Press, 1988.
- JOHNSON, Gary. Royal participation in episcopal elections in Merovingian Gaul. In: *Electronic Antiquity*, v. III, n. 3, 1995, p. 1 – 7. Disponível em: <<http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/EIAnt/V3N3/johnson.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.
- KLINGSHIRN, William. *Caesarius of Arles. The Making of a Christian Community in Late Antique Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LEMOS, Márcia. O episcopado cristão no Império Romano do século IV: práticas cotidianas e ação política. In: *ANAIS III Encontro Estadual de História. Poder, cultura e diversidade*. Caetité: Universidade Estadual da Bahia, 2006. v. 3. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/marcia_santos.pdf>, Acesso em: 13 de junho de 2011.
- LOT, F. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*, Lisboa: Edições 70, 1950 [1927].
- MAGNOU-NORTHIER, E., Existe-t-il une géographie des courants de pensée dans le clergé de la Gaule au VIe siècle? In: GALINIE, H.; GAUTHIER, N. (org.); *Grégoire de Tours et l'espace Gaulois. Actes du congrés international, Tours, 3-5 novembre 1994*. Tours: Association Grégoire, 1994, p. 139 – 157.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

THORPE, L. Introduction. In : GREGORY OF TOURS. *The History of the Franks*. London: Penguin Books, 1974.

WALLACE-HADRILL, J. *The Frankish Church*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

WOOD, I. *The Merovingian kingdoms*. London: Longman, 1994.

WOOD, N. The Social History of Political Theory. *Political Theory*, Vol. 6, No. 3 (Aug., 1978), p. 345-367.